

# ÍNDICE CRONOLÓGICO

## DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS .....	15
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS .....	86
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017 .....	94
» <i>Altera o inciso IX do art. 92 da Constituição Estadual, os arts. 41 e 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 .....	95
» <i>Acréscena o art. 181-B e altera dispositivos da Constituição do Estado de Goiás.</i>	

## DIREITO ADMINISTRATIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 04 DE JULHO DE 2006 .....	99
» <i>Dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 144, DE 24 JULHO DE 2018 .....	113
» <i>Institui a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), estabelece medidas para a redução da litigiosidade no âmbito administrativo e perante o Poder Judiciário e promove modificações na Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006.</i>	
LEI Nº 17.034, DE 02 DE JUNHO DE 2010 .....	121
» <i>Regulamenta o pagamento de precatórios, por intermédio de acordo direto com os credores, e fixa o limite para requisições de pequeno valor.</i>	
DECRETO Nº 9.402, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019 .....	124
» <i>Dispõe sobre as regras de governança e o tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte, nos termos da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.</i>	

DECRETO Nº 9.565, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019 .....	127
» <i>Altera o Decreto nº 9.488, de 5 de agosto de 2019, que dispõe sobre o compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e empresas estatais.</i>	
DECRETO Nº 9.837, DE 23 DE MARÇO DE 2021 .....	128
» <i>Institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.</i>	
CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL DO SERVIDOR E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE GOIÁS .....	129
LEI Nº 8.033, DE 02 DE ZEMBRO DE 1975 .....	132
» <i>Dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do estado de Goiás e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.416, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1991 .....	154
LEI Nº 13.800, DE 18 DE JANEIRO DE 2001 .....	178
» <i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás.</i>	
LEI Nº 14.910, DE 11 DE AGOSTO DE 2004 .....	186
» <i>Dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas, da constituição da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.503, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005 .....	192
» <i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.731, DE 07 DE JULHO DE 2006 .....	202
» <i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público Estadual, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 17.928, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 .....	206
» <i>Institui o Sistema de Suprimento e Logística e Regulamenta o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado -CADFOR:</i>	
LEI Nº 18.025, DE 22 DE MAIO DE 2013 .....	228
» <i>Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 18.672, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014 .....	242
» <i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 18.826, DE 19 DE MAIO DE 2015 .....	250
» <i>Dispõe sobre as terras devolutas pertencentes ao Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 19.573, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 .....	259
» <i>Disciplina, nos termos do art. 95, inciso XVII, da Constituição Estadual, o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores públicos do Estado de Goiás.</i>	

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

LEI Nº 19.754, DE 17 DE JULHO DE 2017 .....	264
» <i>Institui o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN ESTADUAL) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.229, DE 18 DE JULHO DE 2018 .....	267
» <i>Dispõe sobre a regularização fundiária de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás ocupados por organizações religiosas de qualquer culto e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.489, DE 10 DE JUNHO DE 2019 .....	269
» <i>Cria Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.756, DE 28 DE JANEIRO DE 2020 .....	272
» <i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.918, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020 .....	326
» <i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 92, inciso X, da Constituição do Estado de Goiás, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.954, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020 .....	330
» <i>Dispõe sobre a regularização fundiária de ocupação de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	

## DIREITO TRIBUTÁRIO

LEI Nº 11.651, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991 .....	341
» <i>Institui o Código Tributário do Estado de Goiás.</i>	
DECRETO Nº 4.852 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997 .....	493
LEI Nº 17.890, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 .....	845
» <i>Dispõe sobre a concessão de prazo para a escrituração do livro caixa por parte de contribuintes optantes pelo Simples Nacional.</i>	
LEI Nº 16.847, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 .....	846
» <i>Altera a Lei nº 13.453/99, que trata de matéria tributária, e dispõe sobre a dispensa de pagamento de ICMS para o optante pelo Simples Nacional, na situação que especifica.</i>	
LEI Nº 20.732, DE 17 DE JANEIRO DE 2020 .....	847
» <i>Dispõe sobre a compensação de débito tributário ou não tributário inscrito em dívida ativa, ajuizado ou não, com débito do Estado de Goiás decorrente de precatório judicial vencido.</i>	
DECRETO Nº 6.663, DE 29 DE AGOSTO DE 2007 .....	850
» <i>Exclui as mercadorias relacionadas no Apêndice I do Anexo VIII do RCTE do regime da substituição tributária pelas operações posteriores e revoga o Decreto nº 5.510/01, que dispõe sobre pagamento antecipado do ICMS nas situações que especifica.</i>	

DECRETO Nº 6.679, DE 30 DE OUTUBRO DE 2007 .....	852
» <i>Dispõe sobre a opção das faixas de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional, no âmbito do Estado de Goiás.</i>	
DECRETO Nº 6.681, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007 .....	853
» <i>Altera o Anexo IX do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás e o Decreto nº 6.663, de agosto de 2007. que tratam de matéria tributária.</i>	
DECRETO Nº 6.682, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007 .....	855
» <i>Estabelece regras a serem observadas pelo contribuinte do ICMS optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.</i>	
DECRETO Nº 6.703, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 .....	857
» <i>Estabelece valor fixo para recolhimento do ICMS devido por microempresa optante pelo Simples Nacional, cujo faturamento seja de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).</i>	
DECRETO Nº 6.749, DE 20 DE MAIO DE 2008 .....	858
» <i>Modifica os Decretos nºs 6.682/07, que estabelece regras a serem observadas pelo contribuinte do ICMS optante pelo Simples Nacional e 6.721/08, que alterou o Anexo VIII do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás – RCTE.</i>	
DECRETO Nº 6.800, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008 .....	859
» <i>Revoga o Decreto nº 6.703/07, que estabelece valor fixo para recolhimento do ICMS devido por microempresa optante pelo Simples Nacional, cujo faturamento seja de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).</i>	
DECRETO Nº 6.801, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008 .....	860
» <i>Dispõe sobre a opção das faixas de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional, no âmbito do Estado de Goiás.</i>	
DECRETO Nº 7.014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009 .....	861
» <i>Dispõe sobre a opção das faixas de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional, no âmbito do Estado de Goiás.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 155/94-GSF, DE 09 DE JUNHO DE 1994 .....	862
» <i>Alterada até a Instrução Normativa nº1487/20 de 28.12.20 (DOE de 29.12.20)</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 598/03 – GSF, DE 16 DE ABRIL DE 2003 .....	912
» <i>Relaciona produtos com a saída interestadual e respectiva prestação de serviço sujeitas ao pagamento antecipado do ICMS.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 829/06-GSF, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006 .....	918
» <i>Dispõe sobre a emissão e a especificação técnica da Nota Fiscal Avulsa, modelo 1; do Selo Digital de Segurança e do DARE 4.1.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 857/07-GSF, DE 3 DE JULHO DE 2007 .....	920
» <i>Altera a Instrução Normativa nº 598/03-GSF, que relaciona produtos com a saída interestadual e respectiva prestação de serviço sujeitas ao pagamento antecipado do ICMS.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 858 /07 -GSF, DE 3 DE JULHO DE 2007 .....	921
» <i>Dispõe sobre o parcelamento especial para ingresso no regime diferenciado e favorecido de que trata a Lei Complementar nº 123/06 – Simples Nacional.</i>	

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 866/07-GSF, DE 1º DE AGOSTO DE 2007 .....	923
» <i>Altera a Instrução Normativa nº 858/07-GSF, que dispõe sobre o parcelamento especial para ingresso no regime diferenciado e favorecido de que trata a Lei Complementar nº 123/06 – Simples Nacional.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 876/2007-GSF, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 .....	924
» <i>Altera a Instrução Normativa nº 829/06-GSF, de 13 de novembro de 2006, que dispõe sobre a emissão e a especificação técnica da Nota Fiscal Avulsa, modelo 1; do Selo Digital de Segurança e do DARE 4.1.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 877/2007-GSF, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 .....	925
» <i>Estabelece procedimentos relacionados ao estoque inventariado nos termos do Decreto nº 6.663, de 29 de agosto de 2007.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 880/07-GSF, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007 .....	930
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 894/08-GSF, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2008 .....	932
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 937/09 – GSF, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009 .....	934
» <i>Dispõe sobre prorrogação de prazo para a regularização fiscal por parte de contribuintes notificados por meio do Termo de Exclusão de Ofício do Simples Nacional, na forma que especifica.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 947/09-GSF, DE 8 DE ABRIL DE 2009 .....	935
» <i>Revigora disposições da Instrução Normativa nº 880/07-GSF e revoga a Instrução Normativa nº 943/09-GSF.</i>	

### DIREITO FINANCEIRO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54, DE 02 DE JUNHO DE 2017 .....	939
» <i>Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para limitar os gastos correntes dos Poderes do Estado e dos órgãos governamentais autônomos, até 31 de dezembro de 2026.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008 .....	941
» <i>Estabelece diretrizes para criação, utilização e prestação de contas de fundos rotativos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no Ministério Público.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	943
» <i>Institui o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual e dá outras providências.</i>	

### DIREITO AMBIENTAL

DECRETO Nº 9.130, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017 .....	947
» <i>Dispõe sobre o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA – e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.821, DE 1º DE MARÇO DE 2021 .....	952
» <i>Dispõe sobre a metodologia para a definição do grau de impacto ambiental para o cumprimento da compensação ambiental definida no art. 9º da Lei estadual nº 20.773, de 8 de maio de 2020, que institui o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental – REL.</i>	
DECRETO Nº 9.891, DE 22 DE JUNHO DE 2021 .....	954
» <i>Institui o Plano Estadual de Mitigação/Adaptação às Mudanças Climáticas e Sustentabilidade na Agropecuária.</i>	

LEI Nº 18.104, DE 18 DE JULHO DE 2013 .....	956
» <i>Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 21.054, DE 15 DE JULHO DE 2021 .....	974
» <i>Institui a Política Estadual de Proteção e Preservação das Nascentes de Água.</i>	
LEI Nº 13.123, DE 16 DE JULHO DE 1997 .....	975
» <i>Estabelece normas de orientação à política estadual de recursos hídricos, bem como ao sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.241, DE 29 DE JULHO DE 2002 .....	985
» <i>Dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.247, DE 29 DE JULHO DE 2002 .....	989
» <i>Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 16.497, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009 .....	1000
» <i>Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.</i>	
LEI Nº 18.102, DE 18 DE JULHO DE 2013 .....	1002
» <i>Dispõe sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.694, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 .....	1021
» <i>Dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.758, DE 30 DE JANEIRO DE 2020 .....	1035
» <i>Estabelece a Política Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens – PESB, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.773 DE 08 DE MAIO DE 2020 .....	1043
» <i>Institui o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental – REL como medida de enfrentamento da situação extrema de âmbito econômico no Estado de Goiás, provocada em razão da decretação de estado de calamidade pública, decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).</i>	

## PROCESSO CIVIL

LEI Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981 .....	1049
» <i>Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás.</i>	

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LEI Nº 19.179, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	1077
» <i>Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de Goiás, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.</i>	

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020 .....	1088
» <i>Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás – RPPS/GO e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 20.946, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020 .....	1122
» <i>Dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás – SPSM/GO e dá outras providências.</i>	

### **JURISPRUDÊNCIA CORRELATA**

Súmulas Administrativas da PGE/GO .....	1141
Súmulas do Tribunal de Justiça do estado de Goiás .....	1144
Súmulas do Tribunal de Contas do estado de Goiás .....	1152